



A Sua Excelência a Senhora
Sonia Guajajara
Ministra dos Povos Indígenas
<agenda.mpi@povosindigenas.gov.br>
<mpi.internacional@povosindigenas.gov.br>



A Sua Excelência o Senhor
Silvio Luiz de Almeida
Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania
<coordenacao.gab@mdh.gov.br>
<internacional@mdh.gov.br>

A Sua Excelência a Senhora
Joenia Wapichana
Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI
<presidencia@funai.gov.br>

A Sua Excelência o Senhor
Felipe de Moura Palha e Silva
Procurador-chefe do Ministério Público Federal no Estado do Pará - MPF/PA
<felipemoura@mpf.mp.br>

A Sua Excelência a Senhora
Marina Dermmam
Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH
<cndh@mdh.gov.br>

A Sua Excelência o Senhor
Marcos Wagner Alves Teixeira
Defensor Público-Chefe
<dpu.pa@dpu.def.br>

CC

Mary Lawlor
UN Special Rapporteur on the situation of human rights defenders
<hrc-sr-defenders@un.org>
<marylawlorunsr@protonmail.com>

Michael Phoenix
Head of Research and Campaigns
Supporting the UN Special Rapporteur on the situation of human rights defenders
<mjphoenix@protonmail.com>

Ione Nakamura
Promotora de Justiça Agrária, Ministério Público
<nucleoagrario@mppa.mp.br>

4 de Setembro de 2024

Assunto: Alerta internacional - proteção urgente aos povos indígenas do Alto Acará

Entramos em contato com V.Sa. para expressar nossa **profunda preocupação** com a situação no Alto Acará, que afeta gravemente a vida e a integridade dos povos indígenas Turiwara, Tembé e quilombola, no município de Tailândia, nordeste do estado amazônico do Pará.

Enquanto organizações que atuam a nível internacional e nacional, **Salve a Floresta (Rettet den Regenwald e.V. de Alemanha)**, o **World Rainforest Movement** e nacional, **Conselho Indigenista Missionário (CIMI)**, a **Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional FASE**, a **Comissão Pastoral da Terra (CPT) Norte 2** e **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia** estamos **vigilantes, em alerta**, em relação à situação que queremos expor aqui.

Desde o dia 20 de agosto, membros de 89 famílias indígenas da comunidade Turiwara Ita Pew do Alto Rio Acará, adultos, mulheres, idosos e crianças, entraram a pé e retomaram o território interétnico reivindicado por eles. Tratam-se de antigas aldeias indígenas dos Turiwara e Tembé, como a chamada Itapeua. Segundo relatos dos povos, esse território foi objeto de usurpação por parte da empresa Agropalma. Afirmam ainda que foram expulsos do território com base na violência e na pistolagem.

A ação demonstra que, para eles, torna-se cada vez mais urgente retomar seu território para poder levar uma vida digna. Em uma carta da ASSOCIAÇÃO INDÍGENA ITA PEW DO ALTO ACARÁ, assinada por sua presidenta, Hilda Turiwara, e pelo Cacique Sipriano Tembé, denuncia-se:

“A situação do povo indígena Turiwara e Tembé do Alto Rio Acará é insuportável, sem terra para trabalhar, sem água potável para consumir, sem liberdade para se mobilizar e nem para contestar, criticar e exigir direitos.” A morte do indígena Turiwara Agnaldo da Silvano, que ocorreu no contexto de outra ação de retomada de terras no ano passado, ainda não foi devidamente investigada.

A retomada de terras ancestrais é a única alternativa que o povo Turiwara encontra para poder sobreviver à situação de humilhação e dificuldades que atualmente enfrenta.

Denunciamos com veemência a postura dos seguranças da empresa Agropalma. Como informaram as lideranças indígenas ao Ministério Público Federal (MPF) no dia 21/08/2024:

“Seguranças da Agropalma subtraíram os alimentos destinados ao acampamento da comunidade na fazenda, ocasionando a falta de água e comida para os presentes, bem como cercaram a região da ocupação, colocando armadilhas para evitar o acesso dos acampados. Além disso, proibiram o acesso desses pelo Rio Acará. Do mesmo modo, informaram que o início do confronto entre os indígenas e os seguranças da empresa ocorreu com a utilização de gás lacrimogênio e bombas de efeito moral pelos seguranças em face aos ocupantes.” De acordo com testemunhos, uma das balas feriu uma criança.

Vimos em fotografias que a empresa colocou na estrada um tipo de arame farpado (concertinas) que é altamente controverso mundo afora, como na Europa, devido aos ferimentos graves que pode causar.

A unidade policial mais próxima fica a 80 quilômetros do local do acampamento. *“Estamos aqui dentro da mata esperando que a Justiça chegue, mas a Justiça está demorando muito a nos enxergar”*.

Contrastando com a morosidade das autoridades em reconhecer os direitos territoriais dos Turiwara, a justiça estadual, através da vara agrária de Castanhal, já concedeu uma liminar de reintegração de posse à empresa Agropalma, sendo que nem competência tem para julgar esse tipo de ação. Por se tratar de povo indígena, a justiça competente seria a federal, algo que primeiramente mostra que a Agropalma não reconhece a comunidade Turiwara enquanto povo indígena. No entanto, nos causa espanto a notícia de que a justiça estadual do Pará acabou de rejeitar pedido do Ministério Público Federal no Pará para suspender imediatamente a ação ingressada pela Agropalma.

Diante dos ânimos exaltados e da inação das autoridades brasileiras para efetivamente proteger os membros da comunidade, tememos que o cenário de insegurança pode, inclusive, resultar em mortes.

Tudo é monocultura

Como puderam testemunhar as nossas organizações, Rettet den Regenwald e.V./Salve a Floresta e World Rainforest Movement (WRM), durante uma visita às comunidades Turiwara e Tembé em Agosto de 2023 junto ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Regional Norte II e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), nas terras indígenas há plantações de monocultura de dendzeiros com todos os seus impactos, a exemplo dos agrotóxicos como o glifosato; igarapés que sofrem contaminação por efluentes agroindustriais; e destruição por aterramento e redução da biodiversidade. Também verificamos que não são as comunidades responsáveis por destruir as florestas, mas as empresas e a expansão da monocultura do dendê que elas promovem.

As comunidades estão completamente cercadas por plantações de dendê. A empresa plantou dendê inclusive na estrada da comunidade. Nem os membros da comunidade, e tampouco os visitantes, como nós, têm acesso livre, por exemplo, ao cemitério próximo ao território, porque ele fica dentro da área controlada pela empresa, assim como o rio.

De acordo com os depoimentos que pudemos coletar, as políticas estaduais não levam em conta as populações tradicionais que vivem, trabalham e dependem de seu território para ter uma vida digna. Também testemunhamos em primeira mão como, no caso dos Turiwara e comunidades quilombolas na região de Alto Acará, a Agropalma cercou a área e montou uma segurança privada armada, limitando cruelmente o acesso das comunidades ao território que ocupa tradicionalmente. Ameaças de tiros são constantes. O repertório de abusos e violações de direitos é amplo, perverso, constante e cumulativo e estão amplamente documentadas e noticiadas pela imprensa e por pesquisadores que atuam no território. A criminalização de lideranças está aumentando.

Durante nossa visita, coletamos vários depoimentos dramáticos, como o seguinte, ouvido na comunidade de Turiaçu: *“O índio não polui, mas trabalha para preservar. A empresa mata, produz nos territórios para exportar. Eles entram em nossas casas, em nosso território sem nosso consentimento. Eles não podem fazer isso. Eles têm pessoal armado que nos vigia, nos expulsa, nos humilha”*. Eles concluem que, em vez de óleo de dendê, *“a empresa está exportando sangue indígena”*.

“A empresa quer ver nossa destruição. O Estado sabe o que está acontecendo, mas não entendemos por que eles não oferecem uma solução. As autoridades não se envolvem nas situações.”

O povo indígena Turiwara do Alto Acará busca proteção e justiça nas questões relativas ao reconhecimento de sua existência, identidade social e território.

Um Estado que deixa de aplicar a lei e de disponibilizar seus agentes de direitos humanos, tem a maior responsabilidade pelo que está acontecendo. É responsabilidade do Estado brasileiro cumprir seu dever e resolver a situação fundiária dos territórios indígenas e quilombolas nesta região. A falta de soluções é o principal motivo por trás da violência.

Solicitamos providências urgentes diante de reiteradas violações de direitos étnicos, territoriais e humanos aos povos mencionados, envolvendo a empresa Agropalma S.A., neste caso em particular, solicitação que se estende também a outras empresas, como a Brasil Biofuels e a Norsk Hydro, que impactam sobre a vida das comunidades indígenas, quilombolas e camponesas na região.

O Estado Brasileiro tem a obrigação de garantir a devida proteção a todos os povos tradicionais e indígenas em virtude da pluriétnicidade e a multiculturalidade do próprio Estado.

É preciso que a conservação dos territórios rurais e florestais seja, por fim, uma prioridade, inclusive o reconhecimento dos direitos das comunidades que dependem desses territórios para sua sobrevivência física e cultural. As comunidades precisam levar uma vida livre da violência impulsionada pela compra e ocupação irregular de terras na região. *“O fato de filhos, netos e bisnetos poderem habitar o território é uma honra, um direito”*, disseram-nos.

Portanto, pedimos que intervenham para dar apoio à legítima ação dos Turiwara e garantam a integridade física dos indígenas na retomada. Demandamos que

- organizem urgentemente uma visita *in loco* no Alto Rio Acará, objetivando tomar conhecimento e registrar as violações de direitos étnicos, territoriais e humanos aqui expostas;
- **seja aberto um processo investigativo sobre o conflito iniciado pela Agropalma S.A.** e, mais em geral, a situação enfrentada pelos povos indígenas Turiwara e Tembé perante às ameaças de outras empresas, como Brazil Biofuels e Norsk Hydro;
- **seja investigada a conduta das empresas de segurança privada** SegurPro e MTS Segurança, que prestam serviços para a referida Agropalma S.A, diante das práticas violentas em face de indígenas Turiwara e Tembé do Alto rio Acará;
- **seja investigada e não fique impune a morte de Agnaldo da Silva;**
- **seja suspenso todo e qualquer incentivo ou apoio financeiro** às empresas envolvidas na violência contra as comunidades indígenas e quilombolas;
- **seja acelerado, de forma imediata,** o processo de regularização dos territórios indígenas, quilombolas e camponeses nas regiões afetadas pelas empresas de plantação de dendê e por outras ameaças.

Para resolver a situação atual, é muito urgente que as instituições realizem sem mais demora todos os estudos necessários para fortalecer os históricos regionais de pertencencia y ancestralidade de indígenas y quilombolas as suas terras.

Aguardamos sua resposta, e agradecemos de antemão qualquer informação que possa fornecer sobre as medidas efetivas que sua instituição tomará frente a essa situação gravíssima.

Atenciosamente

Contatos para resposta:

Guadalupe Rodríguez, **Rettet den Regenwald e.V./ Salve a Floresta**

Winfridus Overbeek, **World Rainforest Movement**

Email a:

kontakt@regenwald.org

info@salvalaselva.org

cimipara@gmail.com

wrm@wrm.org.uy